



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Problemáticas da Educação Ambiental no Brasil: elementos para a reflexão

Jorge Sobral da Silva Maia¹

Resumo: Neste artigo discuto a educação ambiental considerando os elementos que influenciaram, em alguma medida, a pesquisa na área no Brasil nos últimos anos. Objetiva-se explicitar os elementos epistemológicos, a crítica aos modelos desenvolvidos no período e os avanços teóricos e práticos conquistados. Ainda, discuto a necessidade de ampliação do debate para o campo político em relação às ações que vêm potencializando a força destrutiva do Capital sobre os ambientes e as condições sociais no país. Concluo com a defesa da filosofia da práxis com estratégia e fundamento teórico e prático para o enfrentamento do aumento da degradação socioambiental na contemporaneidade e para a ampliação das ações de educação ambiental crítica a todos os espaços, solidificando a perspectiva crítica, emancipatória e transformadora que lhe é própria.

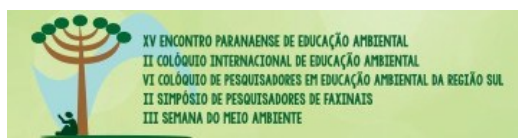
Palavras chave: Epistemologia; Filosofia da práxis; Educação ambiental crítica; Política.

Problems of environmental education in Brazil: elements to be reflected upon

Abstract: In this article, we discuss environmental education considering the elements that influence, to an extent, the research in the field in Brazil in the last few years. We aim to highlight the epistemological elements, the criticism to models developed in the given period and the theoretical and practical advances that were achieved. We also discuss the need to extend the debate to the political field in order to discuss actions that have been enhancing the destructive force of the Capital over the environment and the social condition of the country. The paper is concluded with the defense of the philosophy of praxis with practical and theoretical strategy and fundament to confront the increase of socioenvironmental degrading in contemporaneity and the expansion of educational actions of critical environmental education to all spaces, solidifying its characteristic critical, emancipatory and transformative perspective.

Keywords: Epistemology; Philosophy of praxis; Critical environmental education; Politics

¹Professor do Programa de pós-graduação em Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Sociais aplicadas e Diretor de pós-graduação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Líder do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Educação para a Ciência (LEPEC). E-mail: maiaemaia@yahoo.com.br

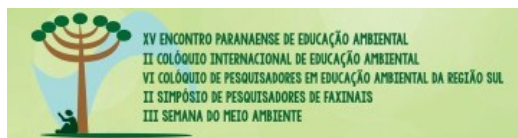


Introdução

Ao analisarmos as abordagens denominadas críticas em EA, uma que nos chama atenção é a crítica de caráter epistemológico considerando as limitações da ciência moderna e sua neutralidade axiológica, a fragmentação dos saberes, o não cumprimento da promessa de libertar o ser humano por meio da razão fundamentada na lógica formal. Estas questões são bem discutidas em um livro que parece uma unanimidade entre os educadores ambientais brasileiros – *Ética e Educação ambiental: uma conexão necessária* – de Mauro Gün, em que o autor faz uma brilhante análise do paradigma da ciência moderna e apresenta questões relevantes sobre a temática relacionando-a a educação ambiental.

As ideias presentes no texto de Grün foram amplamente trabalhadas e serviram de base para muitos e importantes estudos no campo da educação ambiental. A crítica à modernidade ganhou força também em diversos outros trabalhos nos debates em Educação ambiental e, uma tentativa de enfrentar os problemas impostos por essa forma de ver e compreender o mundo e orientar as relações entre humanos e natureza passou a ser considerada como o “inimigo a ser batido” pela educação ambiental. Dessa forma somente para ilustrar, ganha força a necessidade de integrar as disciplinas - a interdisciplinaridade - e as concepções de pós-modernidade compuseram o arcabouço teórico que alimentou as pesquisas em EA. Durante certo tempo a preocupação era integrar as disciplinas e criticar a modernidade, ou melhor, a ciência moderna, afirmando que está estava em crise. A razão moderna precisava ser superada por outra. Verifica-se abertura para as visões próprias da pós-modernidade, a não razão, a desconstrução, a ressignificação entre outros termos que, de uma forma ou de outra, entraram no vocabulário dos educadores ambientais.

Felizmente em 2004, entendo ocorrer uma inflexão na produção em educação ambiental com o advento de dois livros: *Fundamentos de educação ambiental* do Professor Carlos Bernardo Frederico Loureiro (LOUREIRO, 2004) e *Educação ambiental: natureza, razão e história* da Professora Marília de Freitas Campos Tozoni-Reis (TOZONI-REIS, 2004) que potencializaram, em alguma medida, a inserção da filosofia da práxis de caráter histórico e dialético na educação ambiental. A abordagem crítica começa a ganhar novos contornos e é necessária a superação por apropriação das categorias da crítica epistemológica já trabalhadas. Entretanto essa superação ainda não ocorreu. É claro que também pode não interessar...

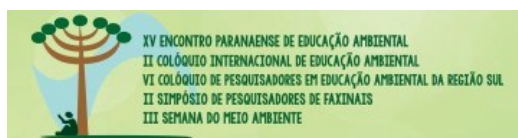


Alguns pressupostos para a reflexão

A superação por apropriação pressupõe categorias, no nosso entender, até então relegadas a um segundo plano no debate nacional em relação à pesquisa em educação ambiental. Por exemplo, totalidade, alienação, mais valor, categorias essas abordadas pela filosofia da práxis que, se consideradas podem avançar substancialmente o papel da educação em que a temática é o ambiente por que permitem aprofundar os determinantes da crise societária atual. Além de incorporar essas categorias as nossas ações de pesquisa, ensino, extensão e gestão é preciso superar também as propostas de sensibilizar ou conscientizar por meio de ações de educação ambiental, que na maioria das vezes acabam por informar sobre problemas ambientais e assumem que uma vez informados, os sujeitos estão conscientes e já podem transformar o mundo. Tais práticas não permitem compreender que a vida é que determina a consciência e não a consciência que determina a vida. Podemos afirmar por isso, que a condição intelectual necessária para o enfrentamento das relações sociais capitalistas, desenvolve-se historicamente.

O anterior exposto significa que o ser humano é a expressão das relações sociais e que sua atuação sobre a realidade é o que o determina, ou ainda ao se relacionar com seus semelhantes, o ser humano cria o processo histórico. Então tornar-se humano não é um processo passivo, mas resultado do trabalho do próprio ser humano, fruto das relações que este estabelece como as outras pessoas e com o ambiente.

Nesse sentido é capaz de atuar sobre a realidade e transformá-la intencionalmente, segundo sua vontade, isto é, construir as relações sociais de acordo com fins pré-estabelecidos. Podemos refletir que a possibilidade aventada não garante a transformação, e sim conserva o estabelecido. Isso porque a ação humana pode provocar consequências não previstas tanto nas relações sociais, como no ambiente. Para resolver essa problemática é preciso ampliar o conhecimento humano com o intuito de controlar as consequências sociais indiretas e remotas dos atos humanos na produção, todavia somente o conhecimento não é suficiente, temos que transformar completamente o modo de produção vigente e sua ordem social. (ENGELS, 1952).



O homem deve ser concebido como um bloco histórico² de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. É uma ilusão e um erro supor que o “melhoramento” ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é “individual”, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para fora, transformadora das relações externas, desde aquelas com a natureza e com os outros homens em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive, até a relação máxima, que abarca todo o gênero humano. (GRAMSCI, 2013, p.406).

Verifica pelo anterior exposto que o ser humano é parte da natureza, tem suas bases biológicas nela, mas é pela mediação do trabalho e da técnica que entramos em relação com ela. É a ação ativa dos homens e mulheres que historicamente permitirá a unidade entre os seres humanos e a natureza e quanto mais nos conhecemos e quanto mais conhecemos a natureza, mais adquirimos elementos para superar, nas palavras de Engels a “ideia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e matéria, o homem e a natureza”(op cit, p. 14).

Nesse sentido nos propomos a

Crítica não só dos mecanismos de reprodução do capital como das forças políticas e culturais predominantes, inclusive das que embasam na perspectiva fragmentária do pós-modernismo. Essa concepção se perde na proposição de lutas exclusivamente setoriais no enfrentamento da barbárie em aproximação, envidando esforços em problemas ambientais, étnicos ou de gênero, sem perceber que é precisamente a generalização da questão operária e do trabalho humano como trabalho abstrato a colocar essas contradições em evidencia e a projetá-las como problema genérico do homem. (DEL ROIO, 2005, p. 19).

Essa concepção de crítica que prima pela questão do trabalho humano que entendemos permitirá o enfrentamento necessário do quadro de alienação na atualidade.

Quais enfrentamentos?

É indispensável elaborar condições para a apropriação dos instrumentos culturais produzidos socialmente e acumulados historicamente pelos homens aos indivíduos permitindo, em função dessa apropriação, o enfrentamento da problemática em questão (crise civilizacional contemporânea).

² Segundo Gramsci (2012, p.27) bloco histórico é “a unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”.



Segundo Semeraro (2006) são alvo de enfrentamento das lutas populares no Brasil: o neoliberalismo na economia, o pragmatismo na política e o pós-modernismo na cultura e na educação, ainda acrescentamos a ética capitalista a este cenário.

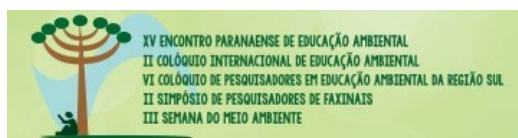
O neoliberalismo fundamenta-se na liberdade econômica para o mercado, este é o agente das liberdades individuais, regulador da economia e da vida social. Em sua lógica o Estado deve diminuir os gastos sociais, e desta forma, fortalecer o sistema capitalista de produção. (MAIA, 2013, p. 24)

Segundo Souza (2012) os neoliberais explicaram a crise do sistema em função do poder excessivo dos sindicatos e do movimento de trabalhadores, que ao garantir a expansão dos direitos sociais tinham impulsionado o desgaste da lucratividade das empresas. Ainda expõe que o estado neoliberal deveria retirar o poder dos sindicatos, diminuir os gastos com as questões sociais, reduzindo ao máximo sua intervenção na economia. Do ponto de vista neoliberal a problemática ambiental é fruto da distorção que exerce o estado sobre o mercado para manter os bens públicos. Ainda a perspectiva neoliberal considera que é possível superar dita problemática por meio de ações técnicas, que não somente resolveriam os problemas existentes como permitiriam o desenvolvimento de tecnologias que gerariam maior rendimento dos recursos. O livre mercado com suas oscilações de preços seria um instrumento seguro para o equilíbrio ambiental (FALADORI, 2000). Nesse sentido o ambiente natural é algo distante, cindido do ser humano e esta é uma das bases para as políticas ambientais em estados neoliberais.

O segundo desafio é o pragmatismo na política. O Pragmatismo caracteriza-se pela valorização da abordagem prática. O que se faz precisa ser útil para ter valor. Parece uma defesa de concepções prático-utilitárias nas diversas esferas da sociedade atual:

Em outras palavras, para que tenham valor os projetos devem ter utilidade. Se não há efeitos, é porque estas ideias não têm sentido. Abre-se aí uma perspectiva absolutamente utilitarista da realidade, onde o objetivo é eliminar os conflitos e buscar soluções para os problemas sociais, mas, num sentido muito restrito. O interesse primordial, o que caracteriza bem o pragmatismo, é o de trazer equilíbrio, paz e conforto aquilo que é individual. (FERREIRA, s/d, p. 02).

O mesmo autor ainda explica que com discurso agregador, o pragmatismo acabou por protagonizar uma nova roupagem ao sistema econômico capitalista. ‘Agora, mais



simpático e “atento” as intempéries sociais, o capitalismo se colocou “ao lado” daqueles que, sem disfarces, eram explorados e achincalhados’. (*Id. e ibid.* Aspas do autor).

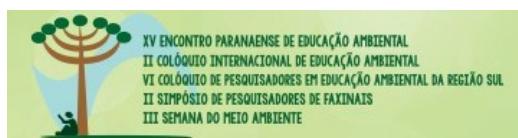
Desta forma não há distinção de classes, estamos todos na mesma condição e temos problemas idênticos, ainda que sejamos agentes sociais distintos e com agendas políticas díspares. Tal discurso apaziguador contribuiu para o imobilismo político dos trabalhadores que envolvidos em um falso consenso assumem para si os valores da classe dominante e desenvolvem suas ações em sociedade de forma alienada.

Ainda é significativo diferenciar o pragmatismo político da filosofia da práxis, pois esta última pressupõe o trabalho como mediador entre os seres humanos e a natureza e vai além, identificando o trabalho como agente de humanização. Se este – o trabalho – realiza-se de forma alienada, também teremos uma relação alienada com a natureza, e mais do que isto, haverá, pelo trabalho alienado, a impossibilidade do desenvolvimento omnilateral, a impossibilidade, para os trabalhadores, do processo de humanização. A filosofia da práxis em seu caráter teórico e prático permite elaborações de cunho científico e filosófico direcionados para a humanização dos Homens e mulheres, seu desenvolvimento pleno ao viverem em sociedade. Neste sentido integram-se harmoniosamente reflexão e ação, trabalho e pensamento, sociedade e natureza. A atividade humana, nesta concepção, visa à libertação das condições de opressão dos trabalhadores, uma nova visão de sociedade, uma civilização distinta da que temos hoje.

Vê-se então a profunda distinção entre pragmatismo e filosofia da práxis já que o primeiro, em alguma medida, tende a promover a adaptação social tanto do indivíduo singular como da coletividade os adequando às concepções liberais e neoliberais potencializando a diferença de classes. Na filosofia da práxis está pressuposto a busca por outra hegemonia, uma concepção universalizante que traduza o ponto de visto dos trabalhadores como o produtor de valores não somente materiais, mas éticos filosóficos. (MELLO, 2001). A busca, neste caso é pela transformação revolucionária da sociedade, integrando economia, política e filosofia:

A ligação inseparável entre “filosofia, política e economia”³ faz com que a filosofia não se dissolva na abstração ou no intimismo, a política não se torne um cego agir imediatista e pontual, a economia não seja vista como

³ As aspas do autor referem-se à citação de Gramsci nos cadernos do Cárcere: Q 4, 472, § 45



poder separado, uma fatalidade incontrolável que incumbe sobre os destinos do mundo (SEMERARO, 2006, pp. 71-72. Aspas do autor).

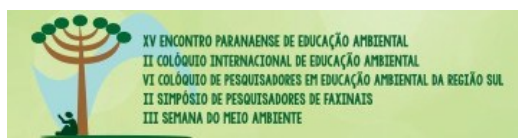
Outro fator preocupante que necessitamos discutir está no pós-modernismo na cultura e na educação. Sabemos que a modernidade objetivava libertar o ser humano pela razão (CARNEIRO, 2006), tem-se um dos princípios do iluminismo e ainda a possibilidade dos humanos atuarem sobre a natureza e dominá-la valendo-se da ciência clássica. Afirmção posta leva à tese de que a ciência surge com a modernidade, valorizando sobremaneira a racionalidade. Segundo Chauí (2003) o aprimoramento da ciência moderna está associado ao surgimento do humanismo dois séculos antes (sec. XV e XVI) com a ideia renascentista da dignidade do homem como centro do universo.

Esta concepção de mundo também influenciou outras faces da organização social e política da sociedade, por exemplo, a ocorrência de um Estado forte que garantiria a justiça e qualidade de vida; a ciência e a razão resolveriam os problemas humanos garantindo a liberdade e a emancipação humana submetendo o capitalismo ao controle do estado. Os valores pré-modernos, seus mitos e lendas que não traziam mais as respostas aos diversos problemas que se apresentavam no mundo em mudança e, como já exposto os valores das concepções científicas respondiam satisfatoriamente aos problemas trazendo segurança, organização baseados na razão.

Neste sentido entende-se a modernidade não como período de tempo, mas como uma idiossincrasia, uma visão de mundo com implicações no campo da ciência e da vida social, baseada em uma *episteme da razão* como *ideia* privilegiada para a construção da verdade e do conhecimento sistemático e como base para o progresso contínuo do conhecimento e da sociedade.

Ao que parece este projeto não se concluiu, uma vez que a promessa da modernidade ainda não se concretizou. Contudo há diversos pensadores que propõem, em função do “esgotamento” da modernidade, estamos em outro estágio, o da pós-modernidade.

Para avançarmos a discussão convém definirmos alguns conceitos para esclarecer o sentido e o significado do termo pós-modernidade. *Modernismo*: Movimento estético que se constituiu na modernidade: Movimentos culturais que permeiam as artes plásticas, visuais, o teatro, a música, a poesia, o cinema a literatura especialmente na 1ª metade do



Sec. XX. *Idade moderna*: periodização histórica usada na história do ocidente para caracterizar o período que segue a idade média 1453 – tomada de Constantinopla a 1789 – Revolução Francesa. Após esse período temos idade contemporânea. (ESPERANDIO, 2007).

As definições anteriores nos permitem questionar o que é pós-modernidade. Parece-nos que qualquer intenção de explicar a ideia de pós-modernidade é uma tarefa árdua, uma vez que a mesma, no nosso entender, representa uma perspectiva entre várias. Neste sentido é possível evidenciar uma verdade pós-moderna?

Uma vez que se considerarmos, em tese, o fracasso da modernidade, pode se pensar a hipótese de uma construção de sentidos com vistas a recompor os elementos políticos, econômicos, culturais, religiosos, entre outros, o que levaria possivelmente ao aparecimento da pós-modernidade. Se de fato é isto, o que se verifica é a ruptura com o estatuto epistemológico da modernidade, ou pelo menos uma tentativa de...

Esta ruptura indica diversas possibilidades, um lócus pós-moderno que despersonaliza o ser humano e na lógica do neoliberalismo globalizado converte-se em mercadoria, sem identificar a possibilidade de mudança, assume certo conformismo que nega a luta de classes. Esse esvaziamento psíquico impõe desvalorização do sentido e ausência de respostas às grandes questões filosóficas.

Essa condição gera um mal-estar de valor distinto da modernidade que pela busca da ordem, da harmonia e da pureza culmina na segurança da civilização, mas limita a liberdade humana. Na pós-modernidade a segurança individual é mínima, todavia a liberdade individual amplia-se, pelo menos é o que afirma Bauman (1998, p.10):

Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais.

Se de fato vem daí o mal-estar, esta insegurança, em alguma medida, relaciona-se a perda da identidade e ao receio do indivíduo sobre suas próprias convicções. A dinâmica imposta pelo modo de produção capitalista à sociedade, a falta de tempo, determina a “efemeridade” geral das coisas: tudo está em processo. Neste contexto o ser humano é



reduzido ao conceito, isto porque a reflexão filosófica está centrada na linguagem e desloca o processo do conhecimento para o resultado, isto é o conceito:

O pensamento pós-moderno reduziu a possibilidade do conhecimento a um dos seus polos, o conceito. Neste sentido, apesar de opor-se, as leituras metafísicas, gera uma versão sua fundamentada na linguagem. Desloca a “essência” do sujeito para o conceito e não muda a interpretação dela, apenas desvia seu fundamento. Ao fixar-se na expressão sob forma de conceito, e não nas relações em processo, a pós-modernidade reproduz a mesma lógica do pensamento metafísico. (GHEDIN; FRANCO, 2008, p. 24 aspas dos autores).

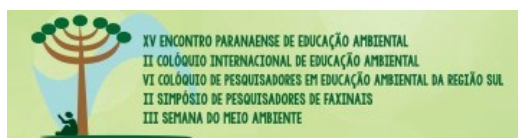
Esse deslocamento contribui para a desconsideração da historicidade e, ao fazê-lo, reduz a percepção por parte da sociedade da necessária participação política nas lutas entre os trabalhadores e os donos do capital para a realização democrática.

Ghedin e Franco (*op.cit*, p.25) ainda explicitam que a redução do sujeito ao conceito desenvolveu-se mediante a desconsideração das complexas relações estabelecidas entre os componentes das possibilidades do conhecer em que a causa está no esquecimento da dinâmica da elaboração do saber cujos elementos são o sujeito, o objeto, o método e o conceito.

As limitações de caráter reducionistas rompem com a essencialidade do conhecimento e tira do humano sua possibilidade de emancipação e de compromisso político com a transformação social. Também potencializam a subserviência do estado ao capital, pois indica que a participação do estado na organização política, social e econômica da sociedade, é inadequada, já que esta fere as liberdades individuais atribuindo ao mercado a regulação do trabalho e do capital, favorecendo a acumulação privada e a divisão social de classe, fortalecendo o sistema econômico neoliberal, como alerta Goergen (2001, p. 6):

Os desígnios do deus mercado, regidos por lógica própria, não podem ser contrariados com o argumento de que seus resultados são parciais, que favorecem alguns e desgraçam outros. O grande mote da última década foi o da globalização da economia que desimpedida dos entraves do Estado e da preocupação social e deslizando pelos azeitados trilhos da tecnologia da informação, deu fim a qualquer projeto ou mesmo controle social e político.

Em síntese o pensamento pós-moderno destruiu o sujeito, pois resulta na impossibilidade de pensar uma saída para a crise de civilização contemporânea. A redução do sujeito à sua linguagem condicionou-o ontologicamente ao significado comprimindo-o



no não sentido; Há uma redução que vai da realidade ao sujeito, deste para a linguagem na tentativa da superação da leitura metafísica do mundo; Este reducionismo tirou do sujeito a possibilidade da emancipação pelo conhecimento, deslocou o sujeito para a expressão de sua linguagem, eliminou a historicidade e nela o papel político que o sujeito cumpria como agente portador da emancipação coletiva pretendida pelo iluminismo, e aprofundou sua condição subserviente as leis do mercado.

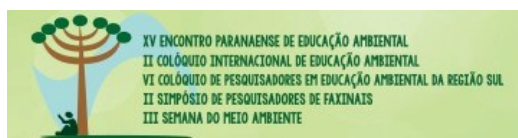
Considerando a problemática ambiental verifica-se que os fundamentos da pós-modernidade se articulam ao neoliberalismo na economia, ao pragmatismo na política e contribuem para desconexão entre e ciclos naturais de produção e recuperação dos ambientes e o sistema humano, resultando em um abismo entre o metabolismo social e o ambiental.

A filosofia da práxis: um possível caminho

A filosofia da práxis, em nosso entendimento, permite evidenciar o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade, gerando condições para que os metabolismos social e ambiental integrem-se no fazer e no pensar, isto é, considerados na totalidade que significa “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” (KOSIK, 1995, p.35).

Segundo Maia e Teixeira (2012) este fundamento de base dialética possibilita desvendar, o conflito das interpretações e avança para compreensão do conflito dos interesses, porque resgata a dimensão histórica dos fenômenos sociais e destaca o dinamismo necessário à transformação social, orientando a ação transformadora dos homens e mulheres para além da consciência e da resistência espontânea dos sujeitos históricos nos embates próprios da organização social e da ação política (p.243).

Desta forma a educação ambiental fundamentada na filosofia da práxis pode estimular a participação popular na organização da sociedade e, neste sentido, avançar nas propostas de políticas públicas que partam da iniciativa popular, a partir do estudo da realidade identificando causas e consequências dos fenômenos sociais, percebendo-os como síntese de múltiplas determinações com a intenção de desenvolver certa vontade de participar e construir outra política, promotora da superação da exploração humana,



construindo um verdadeiro projeto de democracia popular, fundamentado na qualidade ambiental e no bem estar dos seres humanos e da vida em geral.

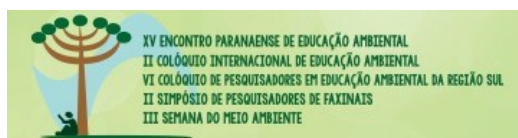
A empreita apresentada não será fácil, uma vez que no Brasil o avanço de agendas conservadoras que expropriam o patrimônio ambiental e limitam as condições de vida da maioria da população ganham força e, avança também, a crítica ao trabalho como fonte de produção da riqueza por conta do desenvolvimento da ciência e da tecnologia de ponta relacionados ao processo de produção, fortalecendo os ditames do capital que se imiscui organicamente em todos os níveis e instituições da sociedade contemporânea.

Uma evidencia disto está em um estudo realizado por Accioly e Sánchez (2012) que investigaram o movimento antiecológico no Congresso Federal. Explicitam os autores:

O trabalho foi realizado através do levantamento de dados de financiamento de campanha de parlamentares ligados a Comissões de Meio Ambiente, assim como seus posicionamentos manifestos na mídia. Observamos que nas campanhas eleitorais dos parlamentares estudados, atuaram como financiadoras empresas ligadas ao agronegócio e que respondem a processos ambientais e trabalhistas. Foi também possível constatar a desigualdade de forças entre o grupo “antiecológico” e o grupo ambientalista (p. 97).

Os autores fundamentados em Mészáros, Leff e Loureiro afirmam que o debate ambientalista é essencialmente político. Ainda, esclarecem que os políticos valem-se dos elementos da ciência para afirmarem seus pontos de vista sobre a problemática ambiental, desconsiderando o aspecto ideológico que permeia a ciência na sociedade do capital. Também, apontam diversas concepções de ambiente que viabilizam ações que atendem os interesses das grandes empresas financiadoras de campanha, produzindo agendas que possibilitam dilapidar o patrimônio ambiental do país e inviabilizar a justiça social.

Nestas circunstâncias, a educação ambiental necessita potencializar o debate sobre as questões relativas às políticas no Brasil e permitir construir, a partir daí, as bases para uma prática social em que se compreenda o ambiente como uma categoria social e, portanto de disputas de projetos de país e de sociedade. A visão de ambiente como categoria social possibilita, em nossa compreensão, que as objetivações dos bens da natureza, isto é, a conversão da matéria em estado bruto em matéria prima para atender as demandas humanas se dá por meio da atividade vital dos seres humanos e, quando o



produto desta atividade adquire autonomia em relação ao seu produtor, verifica-se um quadro de alienação em que o trabalhador e o seu trabalho convertem-se em mercadoria.

Há também a alienação da mercadoria quando pronta, pois ela ganha autonomia em relação ao seu processo produtivo, isto é, se autonomiza de suas causas materiais, é o que Marx chama de fetiche da mercadoria. Esta condição gera a princípio, o entendimento de que não dependemos diretamente do ambiente para o desenvolvimento humano, não há a percepção que constantemente estão em disputa grupos humanos pela apropriação destes bens naturais. De qualquer forma, estes bens são apropriados, potencializando a acumulação privada do capital seja ele constante ou variável, mas sempre desigual em sua distribuição.

Por conta deste modelo próprio do capital, surgem as crises que afetam principalmente os trabalhadores que perdem em seus direitos básicos. Estas crises são cíclicas e estão vinculadas a uma ideologia que se faz hegemônica em certo período. Por exemplo, uma das crises cíclicas do capital tinha por base produzir intensamente ao menor custo possível, limitando drasticamente a capacidade de consumo da população, já que a apropriação do mais valor pelo capitalista limitava os ganhos do trabalhador. Como consequência desta dinâmica houve uma contenção do sistema, pois o trabalhador não pode obter o que produz gerando contradições que concluem na dita crise. Sem a fruição dos produtos o sistema não funciona. (MARX; ENGELS, 2007). Atualmente o discurso que fundamenta a ideologia contemporânea é o que relaciona a prosperidade com a fruição e para isto é preciso o desenvolvimento econômico em larga escala, o consumo e o individualismo. Entretanto, a crise bate a porta, por conta da intensa acumulação da última década que, em alguma medida, vem limitando ampliação dos lucros dos capitalistas. Obviamente que esta condição está em todo o mundo globalizado, inclusive no Brasil.

Os elementos expostos, considerados a partir do ambiente com categoria social e tendo a educação ambiental como a educação que tematiza o ambiente, permite ir do social ao ambiental e voltar ao social fornecendo subsídios para a prática social mais ativa e participativa. A filosofia da práxis neste contexto desnuda a ideologia difundida na sociedade, isto é, evidencia o particular dissimulado como universal. Pede uma tomada de posição, que se constitui por meio da compreensão do real empírico através das abstrações da mente chegando ao concreto pensado que dará base para agir plenamente diante do



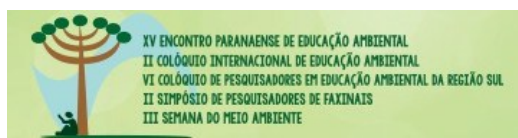
mundo. Observa-se que o compromisso a que nos propomos enquanto educadores e educadores ambientais é instrumentalizar – fornecer as ferramentas culturais elaboradas socialmente e acumuladas historicamente pelos homens e mulheres – as gerações presentes e futuras com uma ideia de sociedade em que há muitos desafios, embates sociais, culturais e ambientais cujas bases estão nos meios e nas relações de produção. Que as ideias, as leis, etc. apoiam se nesta base e somente é possível a transformação e a emancipação humana atuando nestas bases, para que não ocorra mais o conflito entre os seres humanos, a dicotomia entre sociedade e natureza, entre essência e existência.

A compreensão dos fundamentos da transformação e emancipação humana pela filosofia da práxis na educação ambiental crítica precisa considerar as problemáticas contemporâneas que, em si, ainda não se ocupou detidamente, como as questões de gênero, questões étnicas, geralmente apropriadas por concepções multiculturalistas e relativistas, e entendê-las como identidades sociais que não são baseadas em classes, também das liberdades políticas, os novos e diversos componentes que afirmam o capital no mundo, e a novas relações com as instituições e instâncias de poder a ele associadas.

O tamanho do desafio é substancial para os educadores e educadoras ambientais, pois é importante refletir sobre as estruturas sociais, interpretá-la com uma consistente teoria, mas fundamentalmente atuar sobre elas enfrentando as antinomias do sistema por meio da educação considerando as dimensões subjetivas e objetivas da vida em sociedade.

Considerações finais

Discutimos neste trabalho os elementos que influenciaram, em alguma medida, a pesquisa em educação ambiental no Brasil nos últimos anos. Explicitamos a abordagem epistemológica e os modelos desenvolvidos no período, bem como seus avanços teóricos e práticos resumidamente. Apontamos a necessidade de ampliação do debate para o campo político em relação às ações que vêm potencializando a força destrutiva do Capital sobre os ambientes e as condições sociais no país. Pretendíamos estruturar bases para apontar aspectos teóricos e práticos presente na atualidade que tem influenciado o pensamento tanto na acadêmica como nos meios políticos, econômicos e sociais. Os fundamentos do neoliberalismo, do pragmatismo e da pós-modernidade foram enfrentados e constatamos suas relações intrínsecas à lógica do capital e, que a educação ambiental crítica pode



superar estas influências ao adotar os fundamentos da filosofia da práxis com estratégia teórica e prática para o enfrentamento do aumento da degradação socioambiental na contemporaneidade e, para a ampliação das ações de educação ambiental crítica a todos os espaços, solidificando a perspectiva crítica, emancipatória e transformadora que lhe é própria.

A práxis, enquanto fundamento, permite considerar a sociabilidade humana em uma perspectiva de totalidade e contribuir com o debate científico e político no campo da educação ambiental crítica e esclarecer a tensão entre as racionalidades presentes no processo educativo e nas diversas instâncias da sociedade, impregnadas pela lógica do capital. Ainda, formar um novo senso de civilidade com padrões de vida, de sentimentos e compreensão de mundo novos e autênticos superando as ideologias hegemônicas alienadas e alienantes em um exercício dialético de pensar e agir ampliando o leque de manifestação popular.

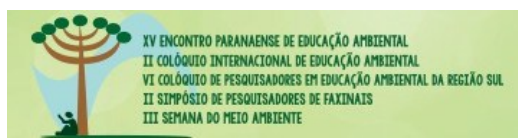
Consideramos que há novos elementos que se apresentam e a análise com fundamento na práxis está por se realizar. As questões de gênero e as questões étnicas que, não relacionadas diretamente às questões de classe, apresentam-se como uma nova problemática e podem ser relacionadas à educação ambiental, pois se aproximam, uma vez que estão associadas às situações limitantes das liberdades humanas e, como na problemática ambiental, tem por base as formas conservadoras ligadas ao capital.

A educação ambiental crítica está madura e o potencial heurístico de suas categorias permite uma teoria e análises reflexivas do ato de conhecer com condições de gerar a transformação social, rumo à emancipação política e humana, construindo uma nova interatividade entre humanos e seu mundo, avançando da pré-história à história como defendia Marx.

Referências

ACCIOLY, I; SÁNCHEZ C. Antiecológismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 25, p. 97-108, jan./jun. 2012. Editora UFPR. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/23389/18576> acesso 14/08/2015.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.



CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Docência em Formação).

CHAUI, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática editora, 2003.

DEL ROIO, M. **Os prismas de Gramsci**: a fórmula da política de frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã, 2005.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Escrito por Engels em 1876. Publicado pela primeira vez em 1896 em Neue Zeit. Publica-se segundo com a edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito, em alemão. Traduzido do espanhol. Disponível em <http://www.psb40.org.br/bib/b15.pdf> Acesso: Dezembro de 2014.

ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. **Para entender pós-modernidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

FALADORI, G. El pensamiento ambientalista. **Tópicos en Educación Ambiental**. Vol 2, n 5, Agosto, 2000.

FERREIRA, D. J. **Pragmatismo e filosofia da práxis**: projetos em disputa na sociedade e na educação docente. 33 Encontro *ANPED*, S/D disponível em <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT17-6976--Int.pdf>. Acesso 08/08/2013.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

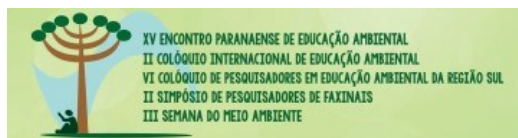
GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. 6 ed. Vol. 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRUN, M. **Ética e educação ambiental**. A conexão necessária. 11 ed. Campinas/SP: Papyrus, 2007.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.



MAIA, Jorge Sobral da Silva. **Reflexões sobre a problemática ambiental e políticas públicas:** contribuições à educação ambiental. Relatório de Pesquisa (Pós-doutorado em Educação ambiental) Departamento de Educação, Instituto de Biociências - UNESP Botucatu, 2013.

MAIA, Jorge Sobral da Silva; TEIXEIRA, Lucas André. Concepções epistemológicas para pensar a educação ambiental sócio histórica: algumas aproximações in GABRIEL, F. A. GAVA, G. L. **Ensaio filosófico:** Antropologia, neurociência, linguagem e educação. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, A. F. de **Mundialização e política em Gramsci.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SEMERARO, G. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cad. CEDES,** campinas, vol. 26 n. 70, p. 373-391, set/dez. 2006.

SOUZA, T. G. de; LARA, A. M. de Os fundamentos teórico-metodológicos das escolas neoliberais do século xx: implicações nas políticas educacionais...**Anais IX ANPED Sul,** 2012. Disponível em:
<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/325/107>
Acesso 08/08/2013.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Educação ambiental:** natureza, razão e história. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

